COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5.963, DE 2001

Que torna obrigatório o exame de acuidade visual em todos os alunos matriculados no ensino fundamental das escolas públicas e particulares.

Autor: Deputado Milton Monti

Relator: Deputado Benjamin Maranhão

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe busca tornar obrigatório o exame de acuidade visual em todos os alunos matriculados no ensino fundamental das escolas públicas e particulares, durante o primeiro semestre do ano letivo.

Nas escolas públicas os custos dos exames ficarão por conta do Ministério da Saúde; nas particulares, as entidades mantenedoras arcarão com as despesas, podendo repassá-las aos alunos.

É facultado ao aluno realizar o exame em clínica particular. Nesse caso, deverá apresentar o respectivo comprovante na secretaria da escola em que estuda.

Os exames, que deverão seguir as normas do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, ficarão arquivados na secretaria das escolas pelo prazo de dez anos.

Em sua justificativa, o autor aponta o fato de que, aos sete anos de idade, de 6% a 7% dos escolares apresentam problemas visuais que, se não forem corrigidos, dificultarão ou até impedirão o desenvolvimento educacional.

Muitas crianças cujo baixo rendimento escolar é creditado ao baixo nível intelectual, na verdade, sofrem de algum problema visual. O exame

de acuidade visual teria caráter preventivo, impedindo o avanço de problemas futuros.

A proposição também foi distribuída à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, à Comissão de Finanças e Tributação e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Conforme o que determina o art. 24, inciso II do Regimento Interno, a matéria dispensa a apreciação do Plenário.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de assunto de grande importância para nossas crianças em idade escolar, o que explicita a grande sensibilidade social do nobre Deputado Milton Monti.

Os oftalmologistas brasileiros apontam que cerca de 7% dos escolares com sete anos de idade apresentam alguma deficiência visual que, em regra, não é diagnosticada e funciona por muito tempo como impeditivo do desenvolvimento educacional destas crianças.

Sob o enfoque estrito da saúde pública a proposição tem procedência e reveste-se de caráter preventivo de um problema muito freqüente em nossas escolas.

Temos dúvidas, no entanto, sobre a constitucionalidade da proposição, em especial sobre três aspectos. Primeiro, o projeto de lei incorreria em vício de iniciativa uma vez que, no caso das escolas públicas, cria obrigações aos governos federal, estadual e municipal – principalmente aos executivos municipais, uma vez que o ensino fundamental é de sua maior competência – obrigações estas que só poderiam ser estabelecidas em leis de iniciativa do próprio Poder Executivo de cada esfera.

Segundo, que a lei federal estaria invadindo a competência administrativa dos legislativos municipais.

Finalmente, ao criar tarefas e funções para as escolas públicas, o projeto deveria apontar a fonte dos novos recursos necessários à efetivação do que está proposto, como estabelece o art. 195, § 5º da Constituição

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5.963, DE 2001

Que torna obrigatório o exame de acuidade visual em todos os alunos matriculados no ensino fundamental das escolas públicas e particulares.

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 1

O artigo 1º do projeto passa a ter a seguinte redação:

"Art 1º Fica instituída a obrigatoriedade de exames anual de acuidade visual para todos os alunos matriculados no ensino fundamental em todas as escolas públicas e particulares.

§ 1º Os exames deverão ser realizados no primeiro semestre do ano letivo, por profissional devidamente habilitado.

§ 2º Fica facultado à escola a realização de avaliação preliminar de acuidade visual pelos professores devidamente treinados por médicos oftalmologistas. Quando for verificado que o aluno apresenta qualquer alteração visual, ele deverá ser encaminhado ao médico oftalmologista.

§ 3º A implementação destes exames será custeada pelo Ministério da Saúde, podendo o mesmo conveniar ou estabelecer parcerias com governos estaduais, do Distrito Federal e municípios.

§ 4º É facultado ao aluno, realizar o exame com profissional de sua escolha, de forma particular, obrigando-se a apresentá-lo na secretaria da escola até o último dia do encerramento do primeiro semestre."

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado Benjamin Maranhão
Relator